



História da Historiografia

ISSN: 1983-9928

Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia

Santos, Dominique Vieira Coelho dos; Silva, Dyel da  
A historiografia antiga e a consciência do método da investigação  
histórica: uma leitura das *Histórias* de Políbio de Megalópolis  
História da Historiografia, vol. 15, núm. 40, 2022, pp. 162-185  
Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia

DOI: <https://doi.org/10.15848/hh.v15i40.1960>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=597775149007>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais informações do artigo
- ▶ Site da revista em [redalyc.org](https://www.redalyc.org)



Sistema de Informação Científica Redalyc  
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal  
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa  
acesso aberto



## A historiografia antiga e a consciência do método da investigação histórica: uma leitura das *Histórias* de Políbio de Megalópolis

### Ancient historiography and the consciousness of the historical investigation method: an interpretation of Polybius of Megalopolis' *Histories*

---

Dominique Vieira Coelho dos Santos <sup>a</sup>

[dvcsantos@furb.com](mailto:dvcsantos@furb.com)

<https://orcid.org/0000-0002-0265-2921> 

Dyel da Silva <sup>b</sup>

[dasilvadyel@gmail.com](mailto:dasilvadyel@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0002-0857-1030> 

<sup>a</sup> Universidade de Blumenau, Centro de Ciências Humanas e da Comunicação, Departamento de História e Geografia, Blumenau, SC, Brasil.

<sup>b</sup> Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, SC, Brasil.



### Resumo

Durante a Modernidade, a história se tornou disciplinarizada e ganhou o *status* científico que lhe atribuímos hoje. Nesse período, surgiram regras e condições para que um trabalho fosse classificado como historiográfico, sendo aplicadas a textos de diferentes lugares e tempos. O problema interpretativo de tal posicionamento é abordado neste artigo, a partir da história dos conceitos (*Begriffsgeschichte*), por meio de uma análise do “Livro XII” de Políbio de Megalópolis, uma fonte histórica privilegiada para compreender como se fazia história na Antiguidade. Após nos determos brevemente sobre o gênero historiográfico polibiano e os domínios de sua epistemologia, corroboramos a tese de que a moderna classificação da história da historiografia é excludente e contradiz o próprio historicismo ao aplicar critérios modernos a trabalhos não pertencentes a essa delimitação espaço-temporal, praticando uma espécie de anacronismo ao julgar a historiografia antiga a partir da ótica da historiografia moderna.

### Palavras-chave

História da Historiografia; História dos Conceitos; Historiografia antiga.

### Abstract

During the course of Modernity, history has developed into a discipline and gained the scientific status it holds today. This period has seen the rise of a hermeneutical issue: some historiographical standards were established and applied to History works to decide whether or not they could be classified as Historiography. This article approaches the theme from the perspective of the history of concepts (*Begriffsgeschichte*), analyzing the twelfth book of Polybius of Megalopolis – a rich historical source offering insight into how history was written in antiquity. Focusing on the historiographical genre of Polybius and its epistemology, this analysis corroborates the thesis that the modern classification of the History of Historiography contradicts the very notion of *Historismus* by judging works that do not belong to this time and space according to modern criteria. This represents a sort of anachronism, subjecting ancient historiography to the partiality of Western historiography.

### Keywords

History of Historiography; History of Concepts; Ancient Historiography.



Não se pode dizer que a Antiguidade clássica, por excelentes que tenham sido as obras históricas que produziu, tenha tido consciência de que a investigação histórica pode e deve ter seu próprio método  
(DROYSEN, 1983, p. 23).

## Introdução

As implicações da institucionalização da ciência histórica como uma disciplina acadêmica no século XIX, para o conceito de história, têm sido amplamente discutidas na historiografia. Não raro, a tese da ruptura total da Modernidade com os mundos que a antecediam (*Sattelzeit*) acompanha as próprias condições de possibilidade para que haja história – o que Droysen (2009) e, depois dele, Rüsen (2013) e Koselleck (2014, p. 93) chamaram de *teoria da história (Historik)*. Dos embates entre as filosofias da história do Iluminismo e o historicismo, este último prosperou com a máxima incontornável de que cada coisa pertence a um tempo e espaço próprios, sendo impossível sua compreensão se desconsiderados tais fatores. Nesse sentido, cada época existiria em relação imediata com Deus e deveria ser vista como válida em si, como queria Ranke (1942). A premissa historicista, então, é a de que “no mundo histórico, em última análise, só existem objetos particulares, irreduzíveis entre si” (ASSIS; FERREIRA, 2020, p. 11).

Os problemas decorrentes dessa explicação, não obstante, são muitos (JORDHEIM, 2011; MARQUES, 2013; PALTÍ, 2004; RIVERO, 2012; ASSIS; MATA, 2013, p. 14). Desde o aspecto local de um possível *Sattelzeit*, passando por uma espécie de teleologia segundo a qual um novo e irreversível mundo se realizaria no Oeste europeu, as contra-argumentações dirigidas à macronarrativa ocidental têm apresentado diversas possibilidades de análise para momentos históricos antes vistos sob aspecto monolítico diante das agitações do mundo moderno (GUARINELLO, 2013; MORALES; GEBARA DA SILVA, 2020; SILVEIRA, 2019; CÂNDIDO DA SILVA, 2020; FAVERSANI; SANTOS; ROSILLO-LOPEZ, 2020). Entre esses momentos revistos, encontra-se a ideia problemática e equivocada de que a Antiguidade corresponderia a um conjunto de sociedades que teriam se desenvolvido de forma isolada e de que sua escrita sobre o passado – no que pese os casos emblemáticos de Heródoto, o *pater historiae* (Cícero, *Das Leis*, I, 1, 5), e Tucídides, o modelo científico *avant la lettre* – não passaria de um conjunto de relatos lidos sob a suspeição de uma não reflexão em torno da ação de produzi-los.

Neste artigo buscamos problematizar a moderna classificação da história da historiografia veiculada pela narrativa eurocêntrica, sobretudo a alemã, por conta de dois limites: um espacial



e outro temporal. Afinal, a Antiguidade nunca foi, não é nem nunca será propriedade da Europa, pois foi esta que se projetou a partir de imagens daquela. Como exemplo, pode-se mencionar a noção moderna de *Bildung* alemã, desenhada praticamente a partir da “tirania da Grécia Antiga sobre a Alemanha” (REBENICH, 2011, p. 128). Por isso, é preciso lembrar que, como afirmou Alexandra Lianeri (2011), não haveria homogeneidade na história da Europa, o que tornaria impossível vincular sua gênese ao lugar fundacional greco-romano. Desse modo, Grécia e Roma, por consequência, não seriam privilegiadas como origem de nada, e a Europa não seria protótipo da história humana. De fato, no caso da Grécia Antiga, ela estaria mais para uma “periferia do Império Persa, ele próprio periférico em relação à economia-mundo sino-indiana” (MORALES, 2017, p. 91). Tratar-se-ia, assim, de um caso típico de usos políticos do passado para a elaboração de ideias modernas (SILVA; FUNARI; GARRAFFONI, 2020), como ocorre com o nacionalismo alemão e, não distante dele, com o historicismo e seu conceito de história.

O “Livro XII” de Políbio, digressivo a respeito dos critérios historiográficos de suas *Histórias*, oferece um ponto de vista privilegiado para aprofundar a problematização ora levantada. Apesar de seu caráter fragmentar,<sup>1</sup> essa parte da obra apresenta vários trechos em que Políbio reflete sobre o método que garantiria a qualidade de uma boa pesquisa histórica, um método que conjugaria a pesquisa documental (*polypragmosýnēn hypomnémasi*) com a interrogação de testemunhas (*anákrisis*) e a investigação presencial dos eventos (*páreimi, autóptēs*), de forma a garantir que a audição e a visão (*akoēs kai horáseōs, theás*) trabalhem em favor do método historiográfico. Por isso, na primeira parte do artigo, partimos de algumas noções basilares do gênero historiográfico e da epistemologia polibianas que refletem os sentidos do conceito de história do autor e que nos permitirão aprofundar nos problemas elencados, relacionados com a forma não somente pela qual se pesquisa, mas também se ensina a Teoria da História e a História da Historiografia no Brasil. Geralmente, nessa última, faz-se muito mais referência ao que se produziu na Modernidade do que em tempos anteriores a partir do argumento segundo o qual estaríamos agora sob a insígnia da historiografia profissional, só possível a partir da *Historik* alemã, a qual superaria em qualidade as histórias precedentes, como, por exemplo, a de Políbio.

Em seguida, abordaremos alguns aspectos da recepção da obra polibiana na Modernidade, em especial as concepções hegemônicas que apontam para a sua classificação na história da historiografia. Por fim, mas não menos importante, problematizaremos a tese de que o moderno conceito de história não comportaria as historiografias antigas sob o argumento de que seriam

<sup>1</sup> Sobre o Livro XII, sua autenticidade e relativa coerência teórica com os demais livros, destacamos Pédech (1964); Walbank (1972); Sacks (1981, p. 14, *passim*); e Sebastiani (2017). Em relação à tradição manuscrita, ver Pédech (1961); Foucault (1971); e Walbank (1967b).



*historia magistra uitae*, de caráter apenas mnemônico e exemplar, e vinculadas a um tempo circular ou de repetições. Essa interpretação vai de encontro à própria máxima historicista de que não é possível compreender algo desconsiderando seu próprio tempo e espaço. Assim, a teoria da história e, principalmente, a história da historiografia precisam urgentemente rever a forma como se relacionam com as historiografias pré-modernas, sejam elas antigas ou medievais, sob pena de acumularem um enorme déficit teórico.

### O gênero historiográfico polibiano e sua epistemologia

É comum ver Políbio de Megalópolis como um terceiro diante de Heródoto e Tucídides (HARTOG, 2017, p. 93). Tal perspectiva se baseia não só em uma organização cronológica, mas também em uma classificação que parte do moderno conceito de história. Longe de constituir um problema restrito ao espaço europeu, uma breve pesquisa pelos “currícula, ementas e bibliografias sugeridos sobre a temática da história da historiografia” revela que, em relação ao período antigo, são incluídos, no máximo, os três historiadores gregos acima mencionados, promovendo-se, assim, a crença de que pouca coisa teria acontecido antes de Leopold von Ranke (1790-1880) (SANTOS, 2015, p. 7). Para superar o problema do marco temporal moderno para o estudo da historiografia, concordamos com Arno Wehling (2006, p. 180) quando ele diz que “se a história da historiografia é a história da ciência histórica, é nela [...] que precisamos nos basear para a reflexão teórica sobre esse campo ou ‘ciência’”. Portanto, partimos do gênero historiográfico definido por Políbio em seus próprios termos no século II A.E.C. como pragmática (como veremos abaixo), precipuamente no “Livro XII” de suas *Histórias*, em que o autor “expõe e defende longamente seu método” (PÉDECH, 1961, p. vii), constituindo, nesse aspecto, uma das fontes históricas mais ricas da época.

Apesar de Políbio já advertir o leitor acerca da finalidade instrutiva da história pragmática no início do primeiro livro de suas *Histórias* (I, 2, 8), os procedimentos que a constituiriam são enumerados na famosa passagem XII, 25e, 1:

De maneira idêntica [à medicina], a *história pragmática* (*tês pragmatikês historías*)<sup>2</sup> se fundamenta em três partes, sendo a primeira delas a pesquisa documental (*hypomnémasi polypragmosýnēn*) e a comparação de seus conteúdos; a segunda,

<sup>2</sup> As transliterações dos caracteres gregos para os latinos são de Prado (2006). Entretanto, devido a limitações tecnológicas, as vogais longas acentuadas receberam apenas o acento, e não o acento somado ao macron. O texto grego das *Histórias* de Políbio referenciado em todo o artigo é aquele estabelecido por Büttner-Wobst (POLYBII, 1985).



sobre a observação das póleis e dos lugares sobre rios e portos e todas as particularidades e distâncias sobre a terra e sobre o mar; e a terceira, sobre as ações políticas (Políbio, *Histórias*, XII, 25e, 1, tradução nossa).

Em outros termos, poderíamos dizer que a história do gênero pragmático, já admitida pelo autor como a sua (Políbio, *Histórias*, IX, 1, 4), consiste: (a) na leitura e cruzamento das fontes escritas; (b) na análise geográfica; e (c) no estudo das ações políticas. Vejamos um pouco mais detalhadamente o que cada passo quer dizer do ponto de vista historiográfico. Quanto ao primeiro momento, traduzimos amplamente por “pesquisa documental” quando Políbio usa as palavras “*polypragmosýnēn*” e “*hypomnémasi*”. De acordo com D.S. Levene (2005), por exemplo, Políbio recorre ao primeiro termo para se referir, de maneira genérica, a toda forma de pesquisa histórica, incluindo a leitura de livros, o que, segundo o autor, é totalmente consistente com o uso que Políbio faz, por exemplo, nos trechos XII, 25e, 1, XII, 25i, 2, XII, 26, 9, XII, 27a, 3 e XII, 28a, 3-4. Assim, concordando com ele, e considerando também a interpretação de Daniel Moore, interpretamos que “*polypragmosýnēn*” “deve se referir ao que é próprio a uma pesquisa feita por um historiador no geral” (MOORE, 2020, p. 30). A abrangência do conceito é tanta que, mesmo se pensarmos na biblioteca pelo olhar grego e romano do séc. II A.E.C., em linhas gerais, teremos “um espaço conceitualmente centrado em torno do armazenamento e uso de livros”, sejam eles de natureza literária ou documental (HENDRICKSON, 2014, p. 388). Além disso, Políbio “teve contato com as melhores bibliotecas de sua época” (SEBASTIANI, 2006, p. 22), sem contar inúmeras outras formas de conseguir informação escrita por meio de suas viagens ao lado ou não de Cipião Emiliano.

No que concerne ao segundo passo, é preciso considerar que a geografia reside em um dos objetivos principais do projeto historiográfico de Políbio, que é o de realizar uma história da ecúmena (ABURTO; PIÑA, 2020, p. 108), compreendida como os espaços dos reinos helenísticos somados aos da integração romana. Em síntese, conforme Piña (2019, p. 201-239), o historiador utiliza a geografia como ferramenta analítica de guerra, aproximando-se muito do que um general faria; como etnografia, pois, durante suas viagens, se depara com culturas humanas desconhecidas pelo público grego, sendo preciso conhecê-las para escrever sobre os eventos que delas se desenrolam; e como conceitualização político-espacial da ecúmena, que rapidamente se transformara devido às agitações capitaneadas pela expansão romana. Nesse sentido, os tipos de grandezas mencionadas por Políbio não se reduzem a meros palcos de eventos, mas dizem respeito a conjuntos complexos de agências espaciais.

Sobre o terceiro procedimento, há o consenso de que o autor se referia à prática política autóptica exercida pelo historiador. Isso é notadamente perceptível nas traduções em língua



inglesa, que, por sua vez, conduzem F. W. Walbank (1967a, p. 391) a sugerir a tradução do termo *pragmatikè historía* [história pragmática] como “história política” (*political history*), assim como o fez Waterfield. Paton, antes de Walbank, optara por “história sistemática” (*systematic history*), enquanto Pédech e Recort o traduziram como “ciência histórica” (*science historique* e *ciencia histórica*, respectivamente).

Sem desconsiderar a vertente inglesa (que é também explorada mais adiante em nosso artigo, sob os temas da *autopsía* e da *empeiría*), vemos que a afirmação de Políbio é mais geral: para ele, a história pragmática é sobre ações políticas, i.e., seus temas são as ações políticas. Nesses termos, exercer um cargo político seria uma das formas de se envolver com essa esfera de acontecimentos – tal como o fez Políbio, que tinha atingido o segundo maior posto político da Confederação Aqueia, o de hiparco, quando foi capturado pelos romanos. Mesmo quando Políbio diferencia seu gênero historiográfico de outros dois – a saber, “o genealógico” (*ho genealogikòs trópos*) e “o sobre as colônias, assentamentos e parentescos” (*ho perì tàs apoikías kai ktíseis kai sungeneías*) (Políbio, *Histórias*, IX, 1, 4, tradução nossa) –, o gênero pragmático é descrito como o que se ocupa do “político, o sobre as ações dos povos, cidades e governantes” (*tòn dè politikòn ho perì tàs práxeis tòn ethnôn kai póleōn kai dynastôn*) (Políbio, *Histórias*, IX, 1, 4-5, tradução nossa). Com isso, retomando as traduções, concordamos que haveria algo de político, sistemático e, *mutatis mutandis*, científico na história pragmática apresentada por Políbio. No entanto, traduzir “*pragmatikè historía*” simplesmente como “história pragmática”, tal como Sebastiani (em diversas ocorrências do termo em outros livros de Políbio) e Schick (*storia pragmatica*) o fizeram, permite preservar a polissemia do conceito.

No que os limites deste artigo permitem, exploraremos ainda mais os aspectos não necessariamente políticos e autópticos do gênero pragmático à medida que nos voltarmos para o tipo de homem que o executa: o homem pragmático. Este tipo de homem é exemplificado com o personagem homérico Odisseu:

Aquele [Homero], pois, desejando nos mostrar de que tipo seria necessário que fosse o homem pragmático (*tòn ándra tòn pragmatikòn*), tendo preferido o personagem de Odisseu, diz o seguinte:

“Do varão me narra, Musa, do muitas-vias, que muito vagou”.

E em seguida:

“De muitos homens viu (*iden*) urbes e a mente conheceu, e muitas aflições sofreu (*páthen*) ele no mar, em seu ânimo”.



E ainda:

“a muito resisti, cruzando guerras de homens e ondas pungentes” (Políbio, *Histórias*, XII, 27, 10-11, tradução nossa).<sup>3</sup>

Do trecho acima, destacamos dois fatores concernentes à epistemologia histórica polibiana: o sofrimento (*páthos*) e a visão (*hórasis, théas*).

O sofrimento (*páthos*), em primeiro lugar, é entendido como o ato de ser atingido por forças, sendo estas de causas humanas ou naturais. Ele opera como elemento formativo de Odisseu e importa para o historiador na medida em que lhe proporciona vivência e o edifica como experiente. Isto ocorre porque: (a) a própria verdade historiográfica “surge unicamente da vivência (*autopátheias*) dos escritores”, uma vez que ela é garantidora de maior veracidade do evento narrado (Políbio, *Histórias*, XII, 25h, 4, tradução nossa); e (b) a experiência se constitui como um tipo de saber adquirido a partir do envolvimento direto com os eventos, sendo tal inteligência passível de ser usada como fator analógico para o exame da veracidade da narrativa sobre um evento do mesmo gênero – já que “não é possível escrever bem sobre acontecimentos bélicos sem ter experiência (*empeirían*) nenhuma dos assuntos militares, nem sobre as constituições quem não participa das ações e circunstâncias críticas” (Políbio, *Histórias*, XII, 25g, 1, tradução nossa). O sofrimento, portanto, estaria na base da formação do historiador do tipo pragmático, pois o tornaria virtuoso e possibilitaria uma epistemologia histórica a partir da empiria.

Políbio se aproveita desse duplo aspecto apresentando Timeu de Tauromênio como o inverso do historiador pragmático. Em um de seus diversos ataques, traz a prova argumentativa que se fundamenta no peso da não experiência do tauromenita ao relatar que “Timeu diz no seu Livro Trinta e Quatro: ‘viveu continuamente por cinquenta anos em Atenas como estrangeiro e, confessadamente, tornou-se de todo inexperiente (*ápeiros*) em assuntos bélicos, nem teve visão (*theás*) dos locais” (Políbio, *Histórias*, XII, 25h, 1, tradução nossa).<sup>4</sup> Longe de ser uma disputa pessoal com um morto, Políbio usa a figura de Timeu tanto para exercer seu direito à crítica em relação ao seu predecessor, uma vez que essa polêmica historiográfica era esperada de um

<sup>3</sup> As traduções das citações de Homero são de Christian Werner, com adaptações. Os trechos da *Odisseia* são, respectivamente: I, 1; I, 3-4; VIII, 183. Embora as palavras sejam as mesmas, há adaptações ao excerto de Políbio, dado que ele não segue a mesma divisão de versos do poema (i.e., o hexâmetro dactílico).

<sup>4</sup> O uso da terceira pessoa deixa dúvidas sobre se foi Timeu quem escreveu desta forma sobre si mesmo ou se Políbio apenas o parafraseia. Em todo caso, seguimos a edição (POLYBII, 1985) que sinaliza a passagem com aspas, indicando que se trata de um extrato.



historiador no período helenístico (SEBASTIANI, 2008, p. 6),<sup>5</sup> como para expor sua didática ao público, não perdendo tom relativo ao seu propósito nem depois de realizar inúmeros ataques a Timeu, ao insistir em apontar que “da pesquisa (*polypragmosýnē*) se exige inúmeros padecimentos e custos, mas ela muito contribui e é uma parte importante da história” (Políbio, *Histórias*, XII, 27, 6, tradução nossa). Assim, Políbio busca em Odisseu a representação máxima daquele que edifica sua experiência no sofrimento, nas viagens e na visão direta de lugares e situações até então desconhecidos.

Tratemos, portanto, da relação entre visão, sofrimento e historiografia. Uma vez que o heroísmo e a sabedoria de Odisseu viriam da sua visão e do seu conhecimento, construídos nos desafios por ele enfrentados em suas intrépidas viagens (BRANDÃO, 2010, p. 158), é possível identificar tal relação entre a viagem e o conhecimento adquirido por meio da visão *in loco* em muitas passagens da *Odisseia* (MARINCOLA, 1999, p. 64). Tal prática foi apropriada de formas diversas por historiadores como Amiano Marcelino, Tucídides e Políbio sob o conceito historiográfico de *autopsía* (“visto por si mesmo”) (SCHEPENS, 2007, p. 39). No caso de Políbio, a *autopsía* é identificada por meio do verbo *páreimi* (Políbio, *Histórias*, XII, 4c, 4; XII, 24, 6; XII, 27, 7; XII, 28a, 10), que pode significar “estar presente”, “perto de”, “aos olhos de”; e do substantivo *autóptēs* (Políbio, *Histórias*, XII, 4c, 4; XII, 4d, 2; XII, 28a, 4), que significa, literalmente, “aquele que vê com os próprios olhos” ou, mais sinteticamente e num contexto historiográfico, “testemunha ocular”.

O modelo autóptico é reivindicado por Políbio como a mais segura das formas de conhecer do historiador. Isto porque ele diria respeito à apreensão da informação em primeira mão, i.e., sem intermediários que possam comprometer sua qualidade referencial em relação ao acontecido.

A natureza nos proveu de dois instrumentos por meio dos quais aprendemos e pesquisamos sobre tudo [audição e visão (*akoês kai horáseōs*)]. Na comparação entre os dois, a visão é muito mais verídica (*alēthinōtéras*), segundo Heráclito – os olhos são testemunhas mais precisas. Timeu, em sua pesquisa, parte do mais prazeroso dos dois caminhos, entretanto, do pior. Ele evitou completamente a visão e a substituiu pela audição. E das duas partes desta, a que diz respeito à documentação escrita (*hypomnēmátōn*) \*\*\*<sup>6</sup> enquanto se comportou de forma negligente em relação às interrogações de testemunhas (*anakríseis*), como deixamos claro anteriormente. É

<sup>5</sup> Já a problematização da rejeição ou adoração em relação a Timeu a partir dos fragmentos modernos de Políbio é uma empreitada iniciada recentemente (BARBO, 2019, p. 121-142; BARON, 2013; BROWN, 1958).

<sup>6</sup> Os três asteriscos são uma sinalização da lacuna que há no texto grego (POLYBII, 1985, *ad locum*).



fácil perceber qual foi a causa de sua escolha: é possível consultar os livros sem perigo ou dificuldade alguma (*kindýnou kai kakopatheías*), se só se tem a preocupação de encontrar uma *pólis* rica em documentação (*hypomnēmátōn*) ou uma biblioteca (*bybliothékēn*) próxima (Políbio, *Histórias*, XII, 27, 1-4, tradução nossa).

A apreensão direta da informação torna a visão (*hórosis*) preferível à audição (*akoé*), que implica uma informação vinda por terceiros, seja por escrito (os antigos liam em voz alta) ou pelo depoimento de uma testemunha (*anákrisis*), ocular ou não, interrogada. A virtude do sofrimento, lembremos, está conectada com a disposição para buscar a informação por conta própria. Isso diferenciaria o investigador que analisa as coisas sobre as quais fala daquele que, por conforto, segundo Políbio, prefere se apoiar no trabalho de outros. Como na passagem reproduzida acima, são latentes as demonstrações contra Timeu, que, em virtude de todas as falhas apontadas, é descrito como um modelo de oposição ao bom historiador.

Apesar das críticas severas dirigidas a Timeu devido à sua suposta falta de *autopsía*, Políbio tem consciência de que sua investigação é muito dependente de outros métodos. Isso acontece devido às transformações sociais ocorridas no período que hoje conhecemos como helenístico, como o alargamento das fronteiras e o grande aumento da mobilidade social do ponto de vista de um grego, além da grande difusão da língua grega como língua comum (Políbio, *Histórias*, III, 58-59). Dado que não seria possível para um historiador estar presente (*páreimi*) em muitos lugares ao mesmo tempo ou em intervalos de tempo muito curtos, a inquirição de um maior número de pessoas passa a ser vista como uma alternativa metodológica para esse novo contexto (Políbio, *Histórias*, XII, 4c, 4-5), sendo assim reavaliada desde as limitações conhecidas nos contextos de Tucídides e Heródoto (SCHEPENS, 2007, p. 50).

Ressaltamos o aspecto fundamental da empiria na epistemologia polibiana, inclusive no que diz respeito às interrogações de testemunhas que, num primeiro momento, poderiam parecer limitadas diante da concretude da *autopsía*. É necessário, segundo Políbio, ser experiente (*émpeiros*) para saber interrogar e apreender os eventos narrados pela testemunha. Para Políbio, “o inexperiente (*ápeiros*) não é dotado para interrogar (*anakrînai*) os participantes, e nem mesmo copresenciando-o (*symparòn*), conheceria o acontecido” (Políbio, *Histórias*, XII, 28a, 10, tradução nossa). Retornando à questão de a história pragmática tratar integralmente sobre a prática política, vemos mais uma vez que ela supera esse aspecto, ainda que a experiência cumpra um papel fundamental.

Não obstante, a história precisa ser escrita, e o que a diferencia de outras formas discursivas é precisamente a investigação das causas. Embora, desde a Modernidade, o conceito



de causalidade seja comumente reduzido a “um *subtipo de causa eficiente/ motora*, i.e., a causa estritamente mecânica de um corpo sobre outro” (COSTA, 2019, p. 250-251, grifos no original), ele foi trabalhado de diversas formas na historiografia antiga. Vemos abaixo uma das maneiras como a causalidade se manifesta em Políbio.

O que é próprio da história é, primeiro, conhecer os discursos (*lógos*), tal como teriam sido ditos, de acordo com a verdade (*alétheian*); em segundo lugar, inquirir sobre a causa (*aitía*) pela qual fracassou ou foi corrigido o agido (*prakhthèn*) ou discursado (*rhēthén*). Uma vez que a exposição bruta do produto (*gegonòs*) [das ações ou discursos] seduz, mas não ajuda ninguém, é a aplicação da causa (*aitías*) que torna frutífero o emprego (*khṛēsis*) da história (*historías*) (Políbio, *Histórias*, XII, 25b, 1-2, tradução nossa).

Em diálogo com o trecho acima, vemos que o que é comumente traduzido como “evento” é o produto gerado pelas ações (*práxeis*) e o discurso (*lógon*). Em Políbio, ambos são agentes históricos (PÉDECH, 1964, p. 254), e seu encadeamento no texto por meio da causa (*aitía*) possibilita a intelecção do acontecido. Isto, somado aos critérios de veracidade a partir da empiria, faria com que a escrita da história se torne útil e seu emprego, frutífero (*khṛēsis*), pois viabilizaria a correção por meio do conhecimento dos eventos passados e da capacidade de realizar analogias a partir deles em face dos desafios do presente (Políbio, *Histórias*, XII, 25b, 3-4; XII, 25i, 8). Diferentemente do que se pensa, pelo menos desde Collingwood (1946, p. 36), Políbio não aplica “à história as mesmas concepções helenísticas as quais os estoicos e epicuristas aplicaram à ética”, nem parte de simples modelos temporais baseados em exemplos. Políbio entende o ordenamento causal dos eventos como possibilitador do desenvolvimento da “previsão” (*prónoia*), que, longe de ser um determinismo ou modelo temporal cíclico, seria a capacidade de “prever melhor [...] uma situação e suas diferentes possibilidades de evolução” (GUELFUCCI, 2018, p. 145). Aliás, a ideia cíclica de tempo, frequentemente lançada sobre a historiografia grega, mormente na análise da constituição romana realizada por Políbio em seu “Livro VI” quando utiliza o conceito de *anakýklōsis*, é, na verdade, uma invenção moderna (MOMIGLIANO, 2004, p. 38). Já o conceito de *historia magistra uitae* é projetado em toda a Antiguidade e Medievo por uma historiografia moderna que pensa mais nos iluministas e humanistas do Renascimento, destacando apenas algumas concepções temporais gregas antigas (MARQUES, 2013, p. 66).<sup>7</sup> Não negamos que

<sup>7</sup> Para uma crítica ao modelo temporal evolutivo que vai de uma concepção cíclica para a linear, ver Marques (2008).



o gênero historiográfico polibiano e sua epistemologia se relacionam com uma construção narrativa que confere autoridade ao relato do historiador. Isto foi muito bem explorado por Nikos Miltsios (2013). No entanto, segundo Meeus (2018, p. 6; 12), não se pode superenfatizar a esfera representacional (e Miltsios não o faz), privilegiada nos estudos narratológicos, como se o texto fosse algo isolado da realidade do historiador antigo e ele não tivesse inúmeras outras formas de se envolver historicamente com o mundo (usando conceitos, categorias, métodos, atribuindo sentidos, buscando orientação no tempo, entre outras). Portanto, tendo em vista o que foi exposto sobre a epistemologia e o gênero historiográfico polibianos, seria um equívoco interpretativo afirmar que a escrita da história seria apenas um “mundo de fantasia” do historiador unicamente por ser pré-moderno.

Os aspectos ora elencados do texto de Políbio são indícios do conceito de história recebido e ressignificado pelo autor. Vários aspectos empíricos, inclusive, são mobilizados para viabilizar este conceito, que, do contrário, não teria acontecido (KOSELLECK, 2006, p. 109). Sendo da ordem do sentido, nós, como seres históricos, estamos condicionados a realizar interpretações dos conceitos conforme sua historicidade na forma de diálogo (GADAMER, 2004, p. 293). Foi no Ocidente que se reconheceu como moderno, por sua vez, onde localizamos algumas das categorias que condicionam juízos sobre Políbio e os demais historiadores antigos no que concerne ao seu lugar na história da historiografia. A seguir, portanto, analisaremos brevemente alguns dos juízos de importantes teóricos modernos acerca de Políbio e de outros autores antigos, notoriamente em comparação com Tucídides, para, na sequência, refletirmos acerca dessa recepção pela Teoria da História e História da Historiografia no Brasil.

### As recepções de Políbio e suas *Histórias* na Modernidade europeia

As recepções de Políbio na Modernidade circulam, sobretudo, no campo do pensamento político e militar, fazendo parte da leitura de Maquiavel, Bodin, Montesquieu e dos teóricos da independência dos Estados Unidos da América (MARQUES, 2007, p. 52; HARTOG, 2017, p. 98-100; MOMIGLIANO, 1977, p. 91). Como recorte neste artigo, partimos precipuamente da recepção entre os germânicos, uma vez que eles desempenharam uma parte fundamental na disciplinarização da história. Partindo deles, algumas recepções de Políbio serão abordadas a partir do que Sebastian Conrad (2016, p. 3) chamou de “defeitos de nascença” das ciências humanas modernas, a saber: o nacionalismo metodológico e o Estado-nação.

---

Para uma rápida revisão bibliográfica sobre as temporalidades nas historiografias antigas, ver Vargas de Souza (2020).



Desde a criação da Filologia Clássica com Friedrich August Wolf (1759-1824), a investigação era voltada para os gregos e romanos e não para os “bárbaros da Antiguidade” (BENES, 2008, p. 159). Esta perspectiva filo-helênica, particularmente, é representada por Winckelmann, que compartilhava da retórica das lideranças intelectuais que acreditavam num ideal grego em que residiriam as “verdadeiras raízes da identidade cultural alemã” (NORTH, 2012, p. 3-4). É a “tirania da Grécia”, já mencionada por nós, à qual Rebenich (2011, p. 128) se referia. Pelo fato de Políbio ser grego e por ele ter narrado a constituição da hegemonia de Roma no Mediterrâneo, além de inúmeras passagens sobre a formação política e o funcionamento de um Estado, suas *Histórias* eram uma leitura obrigatória da área.

Entre os germânicos do final do século XIX e início do XX, Políbio ocupava uma posição ambígua em relação a Tucídides. A categorização comumente adotada a partir do *Die Fragmente der Griechischen Historiker* de Felix Jacoby, na denominada “história contemporânea” (*Zeitgeschichte*), referia-se ao *télos* do desenvolvimento historiográfico grego, cujo maior representante era Tucídides. Sob o mesmo registro, foram contemplados tanto o megalopolitano como o ateniense. Em consonância com Verena Alberti (1996, p. 46), consideramos que “a simples enunciação já é interpretação, antes mesmo de sobre ela incidir a lógica”. Tal ordenamento de Jacoby não está ligado apenas a uma rede de recepção entre os filólogos clássicos e aos estudos sobre a Antiguidade, mas a interpretações com as quais uma parcela majoritária dos pesquisadores parece concordar, visto que permanecem fortes até hoje.

Uma das personalidades centrais na recepção de Políbio é Johann Gustav Droysen (1808-1884). Além do seu conhecido conceito de helenismo e sua periodização (SEBASTIANI, 2015; MOMIGLIANO, 1970), ele o estudou profundamente e se apropriou dos seus conceitos para a elaboração de sua teoria da história (*Historik*). Isto fica patente, por exemplo, no sentido de pragmático que ele adota para designar as fontes mais adequadas para a pesquisa do historiador (DROYSEN, 1983, p. 84). Diante dos demais historiadores da época de Políbio, e mesmo de Heródoto, Droysen (1983, p. 115) atribui a ele uma caracterização austera em relação à investigação e a críticas históricas – apesar de em nenhum deles, é claro, superar Tucídides (DROYSEN, 1983, p. 99; 367; 368). Em última análise, por melhores que tenham sido, conforme a epígrafe que abre este artigo, nenhum desses historiadores, nas palavras de Droysen, teria se preocupado com a elaboração de um método para a investigação histórica.

De fato, Tucídides exercia grande autoridade sobre a forma de se escrever história no final do século XIX e início do XX (PIRES, 1999, p. 10). Para Wilamowitz-Moellendorff (1848-1931), considerado “a figura acadêmica mais elevada” da filologia clássica na passagem do século XIX ao XX (KUHLMANN; SCHNEIDER, 2014, p. xxx), era necessário evocar Tucídides para falar de



Políbio, não só por fazerem parte da mesma categoria de história contemporânea, mas porque o “espírito” do ateniense “nunca foi realmente esquecido, e seu exemplo constantemente estimulou novos seguidores mesmo até na Era Bizantina” (MOELLENDORFF, 1908, p. 15). Ora, então, o que dizer de Políbio? Nas palavras de Moellendorff,

Nós somos os primeiros que nos incomodamos para completá-lo a partir dos documentos e corrigir seus julgamentos frequentemente preconceituosos. Não é óbvio que nenhuma pesquisa histórica existiu, seja na teoria ou na prática? As muitas palavras com que Políbio se refere ao seu próprio método e ao criticismo de Éforo e Timeu são baixas, como as do ensaio *banal* de Luciano sobre a escrita da história (MOELLENDORFF, 1908, p. 15, grifos no original, tradução nossa).

O megalopolitano era um historiador que causava preocupações ao filólogo do início do século XX devido ao seu modo de crítica de fontes. Além disso, a sua falta de método parecia uma obviedade. Moellendorff (1908, p. 10-11) só suspende o conflito com seu adversário depois de retomar a menção a outros autores envolvidos na polêmica historiográfica de Políbio para rebaixá-lo: Éforo de Cime tem, “no máximo, o duvidoso mérito de ter sido o primeiro a compor uma História Universal”, enquanto Timeu “certamente possuía uma erudição maior e mais sólida; até mesmo a pesquisa real não deveria, de forma alguma, ser totalmente negada a ele”. Ressaltamos a contra-argumentação realizada pelo autor em relação ao texto de Políbio no qual Éforo, apesar dos erros atribuídos a ele (Políbio, *Histórias*, XII, 25f), é referenciado como um predecessor estimado e defendido em relação a Timeu (Políbio, *Histórias*, XII, 27, 7; XII, 28; XII, 4a; XII, 23, 1), que, como vimos, é o autor mais atacado. O “duvidoso mérito” deve-se a uma afirmação de Políbio em relação a Éforo: “o primeiro e único a devotar-se a escrever a respeito de tudo” (Políbio, *Histórias*, V, 33, 2, tradução de B. B. Sebastiani), sendo esse “tudo” o que se entende por história universal. O objetivo do filólogo, acima de tudo, era o de convencer a audiência das suas aulas de que Políbio estava longe de ser confiável – tanto quanto Luciano de Samósata –, ao mesmo tempo em que só poderia ser um péssimo historiador se comparado com Tucídides.

Ainda que Moellendorff tenha rebaixado Políbio mais do que o fizera Droysen, nota-se no seu estudo o necessário confronto com a figura de Tucídides como parâmetro valorativo da atividade do historiador. Com isso, temos a circulação de uma interpretação hegemônica na pena de dois dos mais reconhecidos filólogos clássicos da época. No entanto, sustentar Tucídides não era uma questão puramente técnica: tratava-se de defender o maior modelo de escrita da história



do Ocidente quando a Europa se tornara centro do mundo e os métodos ocidentais estavam em processo de disciplinarização – ainda que, como expusemos, houvesse uma epistemologia própria e uma preocupação metodológica em Políbio. Não restaria mais para historiadores como Políbio, entretanto, do que ficar nas margens.

### As questionáveis “raízes” clássicas da historiografia moderna e a importância de Políbio

Uma constante argumentativa é a de que Tucídides representaria o estado acabado da historiografia como evolução da narrativa épica e, com isso, ele teria exercido influência sobre os historiadores posteriores – raciocínio presente não só em Droysen e Moellendorff, como vimos, mas também em Jacoby e nos que se empenharam na constituição de uma “ciência da Antiguidade” (*Altertumswissenschaft*), como Niebuhr, Meyer e Ranke (MARQUES, 2019, p. 235-236). Longe de ficar somente na Alemanha dos séculos XIX e XX, o mesmo discurso que aponta para um período pós-clássico de decadência é salientado por Arnaldo Momigliano (2004, p. 76-77) e associado a um “declínio de qualidade” no qual “Políbio aceita todos os fundamentos do método de Tucídides”. Tal explicação, no entanto, se tornou altamente problemática, uma vez que os antigos “não necessariamente se viam como parte de uma tradição intelectual” (FROMENTIN; GOTTELAND, 2015, p. 13). No que pese o consenso de que Tucídides passou a ser um modelo digno de imitação no século II A.E.C., ele é mencionado pelo nome por Políbio apenas uma vez e com a função discursiva de situar Teopompo como continuador cronológico de sua história (Políbio, *Histórias*, VIII, 11, 3).

Com isso, não queremos negar a importância histórica dos escritos de Tucídides, mas concebê-los como fenômenos circunstanciais em relação às estruturas em sua historicidade. Tampouco queremos afirmar que qualquer suposta teoria de Tucídides seja exclusivamente retórica (WOODMAN, 1988, p. 1-69), ainda que retórica e história tenham fortes relações. No entanto, não podemos desprezar formalizações próprias de sua produção e reflexão históricas (VARGAS, 2015; PIRES, 1999). O que buscamos enfatizar é que “não há uma ‘tradição’ existente por si mesma, a influenciar ou moldar a posteridade. Inexiste, pois, ‘legado’, a não ser que este seja um conjunto heteróclito de interpretações sempre sujeitas a alterações, podendo ser mesmo rupturas” (VARGAS, 2019, p. 10-11). Nessa perspectiva, o conceito de influência, que subjaz à explicação da historiografia pós-clássica como algo decadente, torna-se frágil por atribuir uma passividade maciça aos excluídos da periodização do clássico; ele “parece inverter a relação ativo/passivo que o ator histórico vivencia e que o observador, apoiado unicamente em suas inferências, deseja levar em conta” (BAXANDALL, 2006, p. 101-102). Desse modo, a abstração



das ideias consideradas principais a partir das similaridades obtém o assentimento do leitor, mas não sem gerar inúmeras ambiguidades, as quais Skinner elencou (1966, p. 213).

Tanto a noção de influência quanto as justificativas apresentadas durante a disciplinarização da história para que Políbio fosse desqualificado e Tucídides fosse considerado o parâmetro da escrita da história do Ocidente devem ser problematizadas. Seja esta postura adotada em solo brasileiro ou europeu, tais pressupostos constituem o “eurocentrismo morfológico”, a partir do qual a coerência para experiências diversas é configurada “em função dos critérios europeus de civilização” de modo a centralizar períodos históricos em conformidade com esses critérios e renegar outros como “formativos” ou “decadentes” (MORALES; GEBARA DA SILVA, 2020, p. 127). Nesses parâmetros, a historiografia antiga não só “foi tomada como origem mítica da ‘historiografia do Ocidente’” (GEBARA DA SILVA, 2019, p. 477) como ainda o é. Qualquer reflexão relacionada com a teoria da história e a história da historiografia precisa levar em consideração, então, o que foi dito por Norberto Luiz Guarinello sobre as formas que integram a narrativa historiográfica: elas nunca são inocentes (GUARINELLO, 2003, p. 50).

Ao nosso ver, o historicismo é um dos muitos momentos da história da historiografia e, como tal, é localizado e formado historicamente. Devido a esse aspecto e às muitas outras formas de particularização, ele “não pode ser um equivalente da história” (ANDRADE, 2020, p. 52). Cabe assinalar, em relação a nossa escolha por nos centrar em um historiador grego para este artigo, que muitas outras culturas pertencentes ao período que se convencionou chamar de “Antiguidade” desenvolveram maneiras singulares de investigar e discutir o passado (FELDHERR; HARDY, 2011; RAAFLAUB, 2014; SANTOS, 2015). Assumir que se pensava e se discutia o passado em mundos anteriores aos do século XIX, então, é também uma questão de aceitação da alteridade. Em consonância com Matheus Vargas de Souza (2019, p. 86), pensamos que criticar as concepções eurocêntricas presentes nas bases do que entendemos por historiografia situa-se numa busca de “abrir novos horizontes para pensar como as culturas humanas entendem, representam, contam, difundem, disputam, questionam e admiram o passado, próprio ou alheio”. Não obstante, esses fatores não conduzem à simples negação de saberes ocidentais, como o historicismo, mas tanto a uma “autocrítica da própria historiografia, quanto para a percepção da complexidade da realidade histórica, irredutível às ansiedades da formação e eventual colapso da hegemonia ocidental dos últimos séculos” (MORALES; REGHIN, 2019, p. 118).

Assim, se, por um lado, todos os historiadores acabam sendo, em certo sentido, historicistas, como afirmou Frederick Beiser (2012), não podemos nos esquecer, por outro, de que o historicismo tem não somente suas teses, mas também legados e fragilidades (MARTINS, 2002; 2008). Qualquer projeto de “sincronismo” como prática historiográfica (como o proposto



por Helge Jordheim) que ignore essas questões será incompleto. Afinal, como o próprio autor nos lembra, categorias eurocentradas como as de “progresso” e “Modernidade” são tentativas de sincronização de múltiplas camadas temporais (JORDHEIM, 2017). Se algumas das principais categorias do discurso historiográfico moderno, tais como as de tempo, progresso, filosofia da história, *Bildung* e Modernidade, foram concebidas em diálogo com as historiografias antigas, é difícil conceber que tal recepção da Antiguidade, ainda que distante da noção de “influência” e muito mais próxima de uma “recepção ativa” (MARTINDALE, 2007, p. 298), a tenha suplantado totalmente a partir de um corte epistemológico tão abrupto como sugere o argumento em torno do *Sattelzeit*. Do contrário, sequer faria sentido a concepção de Rebenich (2011, p. 128), já mencionada nesse artigo, sobre a *Bildung* alemã como desenhada a partir da Grécia Antiga e que teria representado, para o autor, uma “tirania da Grécia Antiga sobre a Alemanha”.

Mesmo no Brasil, “a história da historiografia, como subdisciplina acadêmica, preocupou-se, sobretudo, com a formação da historiografia moderna” (BONALDO; PINTO; VIANNA; KHODADAD, 2020, p. 21). É justamente por exigir dos historiadores antigos que cumpram critérios modernos da escrita da história que muitos acabam por reduzi-los a ideias de repetição do tempo, *historia magistra uitae*, exemplos, entre outros (MARINCOLA, 2009). Em um momento mais recente, Arnaldo Momigliano (2004, p. 54), em suas *Sather Classical Lectures* (1961-1962), sustentava que o discurso de que “os gregos tinham uma mente a-histórica” não passava de uma “vaga generalização” mais próxima de Pitágoras, Platão e Zenão do que de Heródoto, Tucídides e Políbio, apontando, também, a arbitrariedade implícita na escolha de Platão como “um representante mais típico” dos gregos do que Heródoto. Não podemos, portanto, desprezar as historiografias pré-modernas, nem elencar modelos como os que situaram Tucídides no centro e Políbio nas margens. Afinal, tais historiografias são parte da história desse conjunto heterogêneo de práticas investigativas desenvolvidas e executadas pelos seres humanos em torno dos acontecimentos passados em sua reflexão temporal-espacial compreendida como historiografia.

## Considerações finais

Ao analisarmos o gênero historiográfico polibiano e sua epistemologia diante das categorias usadas durante os processos de disciplinarização da história no século XIX, vimos como essas categorias condicionam interpretações eurocêntricas sobre como se fazia história na Antiguidade. Segundo essa visão, Políbio, quando não combatido, ficava nas margens de Tucídides, considerado o modelo por excelência de escrita da história. Devido à pouca atenção dada às historiografias antigas, percebemos que tais concepções ainda são majoritariamente aceitas, não só no norte global como também nos trópicos. Tal fenômeno mantém relações com



o presentismo filosófico e o mencionado eurocentrismo na história da historiografia e na teoria da história, uma vez que as histórias anteriores e alheias ao recorte geográfico moderno e ocidental são invalidadas como formas de investigação e discussão sobre o passado por não seguirem os critérios modernos para essa tarefa – e é justamente aí que reside uma contradição nos próprios termos da máxima historicista assumida pela ciência da história.

Entre os inúmeros problemas que envolvem esse tema, vimos, a partir do caso de Políbio, que impor um modelo de historiador às fontes é uma forma de trabalho que encontra rapidamente seus limites. Nesse sentido, o modelo eurocentrado não exclui apenas os espaços não europeus, mas elimina também historiografias do próprio período pré-moderno, que a Europa considera como parte da sua história. Mesmo quando essas historiografias chamadas de “pré-modernas” são incorporadas nos textos mais gerais sobre teoria da história e história da historiografia, principalmente os produzidos no Brasil, elas costumam aparecer de maneira teleológica, ou seja, para explicar o que aconteceu ou deixou de acontecer na própria modernidade, sustentando a grande ficção que a *Bildung* alemã moderna ajudou a construir: a ideia de Ocidente. Como seria possível a compreensão de uma constelação de sentidos ordenadora dos termos “história”, “sofrimento”, “visão”, “empíria”, “experiente”, “inexperiente”, “estar presente”, “utilidade”, “interrogação de testemunhas”, “previsão”, “visto por si mesmo”, entre muitos outros, se não fosse uma que buscasse pelos conceitos ênicos, i.e., pelo arranjo de sentidos em um sistema cultural próprio? Se nos atentarmos para a pluralidade das historiografias antigas, compreendendo, então, que as “raízes” da historiografia moderna se ramificam ultrapassando Heródoto ou Tucídides, não se restringindo à Grécia, estaremos prontos para começarmos a questionar, e quem sabe perceber, que o *Sattelzeit* proposto pela *Historik* alemã pode ser, ao mesmo tempo, uma excelente proposta de sincronização de temporalidades, mas também uma eficaz construção retórica de caráter nacionalista. A obra de Políbio é uma das muitas vias possíveis que podem auxiliar a nos afastar desse labirinto.

## Referências

ABURTO, Leslie Lagos-; PIÑA, Felipe Montanares-. La geografía en la historiografía helenística. El concepto de oikoumene en las *Histórias* de Políbio. **Byzantion Nea Hellás**, Santiago, n. 39, p. 101-124, 2020. Disponível em: <https://byzantion.uchile.cl/index.php/RBNH/article/view/60334>. Acesso em: 10 mar. 2021.

ALBERTI, Verena. A existência na história: revelações e riscos da hermenêutica. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 31-57, 1996. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2013>. Acesso em: 10 mar. 2021.

ANDRADE, Rodrigo Prates. É possível uma história da historiografia medieval? **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 13, n. 33, p. 39-58, 2020. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1542>. Acesso em: 03 fev. 2021.



- ASSIS, Arthur Alfaix; MATA, Sérgio da. O conceito de história e o lugar dos *Geschichtliche Grundbegriffe* na história da história dos conceitos. In: KOSELLECK, Reinhart; MEIER, Christian; GÜNTHER, Horst; ENGELS, Odilo (org.). **O conceito de História**. Trad. R. E. Gertz. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. p. 9-36.
- ASSIS, Arthur Alfaix; FERREIRA, Bernardo. Prefácio: o paradoxo da história dos conceitos. In: KOSELLECK, Reinhart. **Histórias de conceitos**. Tradução de M. Hediger. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020. p. 7-12.
- BARBO, Daniel. A polêmica do Livro XII de Políbio e os tempos históricos. In: SEBASTIANI, Breno Battistin; RODRIGUES JÚNIOR, Fernando; SILVA, Bárbara da Costa (org.). **Problemas de historiografia helenística**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019. p. 121-142.
- BARON, Christopher A. **Timaeus of Tauromenium and Hellenistic historiography**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
- BAXANDALL, Michael. **Padrões de intenção: a explicação histórica dos quadros**. Trad. V. M. Pereira. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- BEISER, Frederick C. **The German Historicist Tradition**. Oxford: Oxford University Press, 2012.
- BENES, Tuska. In **Babel's Shadow: Language, Philology and the Nation in Nineteenth-Century Germany**. Detroit: Wayne State University Press, 2008.
- BONALDO, Rodrigo; PINTO, Otávio Luiz Vieira; VIANNA, Luciano José; KHODADAD, Rezakhani. Decolonizar a Historiografia Medieval: Introdução à 'Historiografia Medieval — Novas Abordagens'. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 13, n. 33, p. 19-37, 2020. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1671>. Acesso em: 10 mar. 2021.
- BRANDÃO, Jacyntho Lins. A experiência de Ulisses: nota sobre um tema utópico perdido. **MORUS**, Campinas, v. 7, n. 7, p. 156-165, 2010. Disponível em: <http://www.revistamorus.com.br/index.php/morus/article/view/53>. Acesso em: 25 out. 2021.
- BROWN, Truesdell S. **Timaeus of Tauromenium**. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 1958.
- CÂNDIDO DA SILVA, Marcelo. Uma história global antes da globalização? Circulação e espaços conectados na Idade Média. **Revista História**, São Paulo, n. 179, p. 1-19, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/160970>. Acesso em: 10 mar. 2021.
- CICÉRON. Des Lois. In: CICÉRON. **œuvres complètes de Cicéron avec la traduction en français**. Tome Quatrième. Paris: Imprimeurs de l'Institut de France, 1864, p. 356-423. Disponível em: <http://remacle.org/bloodwolf/orateurs/index.htm>. Acesso em: 10 mar. 2021.
- COLLINGWOOD, Robin G. **The Idea of History**. Oxford: Clarendon Press, 1946.
- CONRAD, Sebastian. **What is Global History?** Princeton; Woodstock: Princeton University Press, 2016.
- COSTA, Vitor Medeiros. Uma tipologia da causalidade em Heródoto: *aitia* no Livro I das *Histórias*. **Roda da Fortuna**, Barcelona, v. 8, n. 2, p. 249-269, 2019. Disponível em: <https://www.revistarodadafortuna.com/2019-2>. Acesso em: 20 mar. 2021.
- DROYSEN, Johann Gustav. **Histórica: lecciones sobre la enciclopedia y metodología de la historia**. Tradução de E. G. Valdés; R. G. Girardot. Barcelona: Editorial Alfa, 1983.
- DROYSEN, Johann Gustav. **Manual de teoria da história**. Trad. Sara Baldus e Julio Bentivoglio. Petrópolis: Vozes, 2009 [1868].
- FAVERSANI, Fábio; SANTOS, Dominique; ROSILLO-LOPEZ, Cristina. História Antiga: Diferentes Perspectivas. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 40, n. 84, p. 13-19, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/7FPvwr4x66h9pQjTf9TQJKh/?lang=pt>. Acesso em: 10 mar. 2021.
- FELDHERR, Andrew; HARDY, Grant (ed.). **The Oxford History of Historical Writing: Beginnings to A.D. 600**. Oxford: New York: Oxford University Press, 2011. v. 1.
- FOUCAULT, Jules-Albert de. Note sur quelques manuscrits de Polybe. **Revue d'Histoire des textes**, Paris, boletim n. 1, Paris, p. 227-233, 1971.
- FROMENTIN, Valérie.; GOTTELAND, Sophie. Thucydides' ancient reputation. In: LEE, Christine.; MORLEY, Neville (ed.). **A handbook to the reception of Thucydides**. Malden: Wiley Blackwell, 2015. p. 13-25.
- GADAMER, Hans-Georg. **Truth and method**. Trad. J. Weinsheimer e D. G. Marshall. 2ª ed. R Chippenham: Continuum, 2004.
- GEBARA DA SILVA, Uiran. Outra História Global é possível? Desocidentalizando a história da historiografia e a história antiga. **Esboços**, Florianópolis, v. 26, n. 43, p. 473-485, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2019.e65429>. Acesso em: 07 mar. 2021.



GUARINELLO, Norberto. **História Antiga**. São Paulo: Contexto, 2013.

GUARINELLO, Norberto. Uma morfologia da história: as formas da História Antiga. **Politeia: História e Sociedade**, Vitória da Conquista, v. 3, n. 1, p. 41-61, 2003. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/politeia/article/view/3935>. Acesso em: 09 mar. 2021.

GUELFUCCI, Marie-Rose. Polybe, la Tύχη et la marche de l'histoire. In: FRAZIER, Fraçoise; LEÃO, Delfim F (ed.). **Tychè et Pronoia: la marche du monde selon Plutarque**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2018. p. 141-167. Disponível em: [https://digitalis.uc.pt/en/livro/polybe\\_la\\_%CF%84%CF%8D%CF%87%CE%B7\\_et\\_la\\_marche\\_de\\_%E2%80%99histoire](https://digitalis.uc.pt/en/livro/polybe_la_%CF%84%CF%8D%CF%87%CE%B7_et_la_marche_de_%E2%80%99histoire). Acesso em: 10 mar. 2021.

HARTOG, François. **Evidência da história: o que os historiadores veem**. Trad. G. J. F. Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

HENDRICKSON, Thomas. The invention of the Greek library. **Transactions of the American Philological Association**, Baltimore, v. 144, p. 371-413, 2014. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/559198/pdf>. Acesso em: 10 mar. 2021.

HOMERO. **Odisseia**. Trad. C. Werner. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

JORDHEIM, Helge. Does Conceptual History really need a theory of historical Times? **Contributions to the History of Concepts**, Helsinki, v. 6, n. 2, p. 21-41, 2011. Disponível em: <https://www.berghahnjournals.com/view/journals/contributions/6/2/choc060202.xml>. Acesso em: 10 mar. 2021.

JORDHEIM, Helge. Synchronizing the World: Synchronism as Historiographical Practice, Then and Now. **History of the Present**, Durham, v. 7, n. 1, p. 59-95, 2017. Disponível em: <https://read.dukeupress.edu/history-of-the-present/article-abstract/7/1/59/153289/Synchronizing-the-World-Synchronism-as>. Acesso em: 10 mar. 2021.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo: estudos sobre história**. Trad. Markus Hediger. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2014 [2000].

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Trad. W. P. Maas e C. A. Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KUHLMANN, Peter; SCHNEIDER, Helmuth (ed.). **History of Classical Scholarship: a biographical dictionary**. Trad. D. Smart e C. M. Schroeder. Leiden; Boston: Brill, 2014.

LEVENE, D. S. Polybius on 'Seeing' and 'Hearing': 12.27. **The Classical Quarterly**, Cambridge, v. 55, n. 2, p. 627-29, 2005. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/4493368>. Acesso em: 3 jul. 2022.

LIANERI, Alexandra (ed.). **The Western Time of Ancient History: Historiographical Encounters with the Greek and Roman Past**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

MARINCOLA, John. **Authority and Tradition in ancient historiography**. Wiltshire: Cambridge University Press, 1999.

MARINCOLA, John. Historiography. In: ERSKINE, Andrew. **A Companion to Ancient History**. Malden: Wiley; Blackwell, 2009. p. 13-22.

MARQUES, Juliana Bastos. *A historia magistra vitae* e o pós-modernismo. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 6, n. 12, p. 63-78, 2013. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/618>. Acesso em: 10 mar. 2021.

MARQUES, Juliana Bastos. Políbio. In: JOLY, Fábio Duarte (org.). **História e retórica: ensaios sobre historiografia antiga**. São Paulo: Alameda, 2007. p. 45-63.

MARQUES, Juliana Bastos. Historicizando as categorias de Felix Jacoby: os gêneros historiográficos da Antiguidade e sua classificação pelos modernos. In: GUARINELLO, Norberto Luiz; GEBARA DA SILVA, Uiran; DUARTE OLIVEIRA, Gustavo Junqueira; PIZA, Pedro Luís de Toledo (org.). **Fronteiras mediterrânicas: estudos em comemoração dos 10 anos do LEIR-MA/USP**. Porto Alegre: Editora Fi, 2019. p. 225-250. Disponível em: <https://www.editorafi.org/676fronteiras>. Acesso em: 10 mar. 2021.

MARQUES, Juliana Bastos. O conceito de temporalidade e sua aplicação na Historiografia Antiga. **Revista de História**, São Paulo, n. 158, p. 43-65, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/19074>. Acesso em: 07 mar. 2021.

MARTINDALE, Charles. Reception. In: KALLENDORF, Craig W.; BRIGGS, Ward; GAISSER, Julia; MARTINDALE, Charles (ed.). **A Companion to the Classical Tradition**. Malden: Blackwell Publishing, 2007. p. 297-311.

MARTINS, Estevão de Rezende. Historicismo: tese, legado, fragilidade. **História Revista**, Goiânia, v. 7, n. 1/2, p. 1-22, jan./dez. 2002. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/historia/article/view/10480>. Acesso em: 10 mar. 2021.



- MARTINS, Estevão de Rezende. Historicismo: o útil e o desagradável. In: ARAUJO, Valdei Lopes de; MOLLO, Helena Miranda; VARELLA, Flávia Florentino; MATA, Sérgio Ricardo da (org.). **A dinâmica do historicismo**: revisitando a historiografia moderna. Belo Horizonte, MG: Argumentum, 2008. p. 15-48.
- MEEUS, Alexander. Introduction: Narrative and interpretation in the Hellenistic historians. **Histos**, Newcastle, v. 8, p. 1-22, 2018. Disponível em: <https://histos.org/SV8HellenisticHistoriography.html>. Acesso em: 03 fev. 2021.
- MILTSIOS, Nikos. **The Shaping of narrative in Polybius**. Berlin; Boston: Walter de Gruyter, 2013.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. **As raízes clássicas da historiografia moderna**. Tradução de M. B. B. Florenzano. Bauru: EDUSC, 2004.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. **Essays in ancient and modern historiography**. Middletown: Wesleyan University Press, 1977.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. J. G. Droysen between Greeks and Jews. **History and Theory**, Middletown, v. 9, n. 2, p. 139-153, 1970. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2504123>. Acesso em: 12 fev. 2021.
- MOORE, Daniel Walker. **Polybius: Experience and the Lessons of History**. Leiden; Boston: Brill, 2020.
- MORALES, Fábio; GEBARA DA SILVA, Uiran. História Antiga e História Global: afluentes e confluências. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 40, n. 83, p. 126-150, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/gB9JWMhrKxwMvJCwGRd5Y9y>. Acesso em: 12 fev. 2021.
- MORALES, Fábio.; REGHIN, Santiago. Muito antes de Ai-Khanoum: a representação historiográfica da Bactria helenística nas Lições de História Antiga de Barthold Niebuhr. **Heródoto**, Guarulhos, v. 4, n. 1, p. 203-121, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/herodoto/article/view/10089>. Acesso em: 03 fev. 2021.
- MORALES, Fábio. Por uma didática da História Antiga no ensino superior. **Mare Nostrum**, São Paulo, v. 8, n. 8, p. 79-114, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/marenostrum/article/view/138862>. Acesso em: 22 out. 2021.
- NORTH, John Harry. **Winckelmann's "Philosophy of Art": A Prelude to German Classicism**. New Castle: Cambridge Scholars Publishing, 2012.
- PALTI, Elías José. Koselleck y la idea de *Sattelzeit*: un debate sobre modernidad y temporalidad. **Ayer**, Madrid, v. 53, p. 63-74, 2004. Disponível em: <https://revistaayer.com/articulo/713>. Acesso em: 10 mar. 2021.
- PÉDECH, Paul. Notice. In: POLYBE. **Histoires**: Livre XII. Tradução de P. Pédech. Paris: Belles Lettres, 1961. p. ix-xxxv.
- PÉDECH, Paul. **La méthode historique de Polybe**. Paris : Les Belles Lettres, 1964.
- PIÑA, Felipe Montanares. **La geografía en la historiografía helenística**: el recurso geográfico a través de las *Historias* de Polibio. 2019. Monografia (Graduação em História) — Universidad de Concepción, Concepción, 2019.
- PIRES, Francisco Murari. **Mithistória**. São Paulo: Humanitas; FAPESP, 1999.
- PRADO, Ana. L. do A. A. Normas para a transliteração de termos e textos em grego antigo. **Classica**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 298-299, 2006. Disponível em: <https://revista.classica.org.br/classica/article/view/123>. Acesso em: 10 mar. 2021.
- POLYBII. **Historiae**. Ed. T. Buettner-Wobst. Stuttgart: Teubner, 1985.
- POLIBIO. **Le Storie**. Trad. C. Schick. 3 v. Roma: Arnaldo Mondadori Editore, 1955.
- POLIBIO. **Historia**. Trad. M. B. Recort. 3 v. Madrid: Editorial Gredos, 1981.
- POLÍBIO. **História pragmática**: Livros I a V. Trad. B. B. Sebastiani. São Paulo: Perspectiva: Fapesp, 2016.
- POLÍBIOS. **História**. Trad. M. G. Kury. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.
- POLYBE. **Histoires**: Livre XII. Trad. P. Pédech. Paris: Belles Lettres, 1961.
- POLYBIUS. **The histories**. Trad. W. R. Paton. 6 v. Londres: William Heinemann; New York: G. P. Putnam's Sons, 1925.
- POLYBIUS. **The Histories**. Trad. R. Waterfield; introdução e notas por B. McGing. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- RAAFLAUB, Kurt A. (ed). **Thinking, recording, and writing history in the Ancient World**. Hoboken: John Wiley Blackwell, 2014.
- RANKE, Leopold von. „Über die Epochen der neueren Geschichte“. In: RANKE, Leopold von; HOFMANN, Hans (org.). **Geschichte und Politik**: Ausgewählte Aufsätze und Meisterschriften. Alfred Kröner Verlag, Stuttgart, 1942 [1854]. *E-book*. Projekt Gutenberg-De. Disponível em: <https://www.projekt-gutenberg.org/ranke/epochen/epochen.html>. Acesso em: 01 dez. 2020.



- REBENICH, Stefan. The making of a bourgeois antiquity: Wilhelm von Humboldt and Greek history. In: LIANERI, Alexandra (ed.). **The Western Time of Ancient History: Historiographical Encounters with the Greek and Roman Pasts**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. p. 119-137.
- RIVERO, José Javier Blanco. La historia de los conceptos de Reinhart Koselleck: conceptos fundamentales: *Sattelzeit*, temporalidad e histórica. **Politeia**, Caracas, v. 35, n. 49, p. 1-33, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=170029498009>. Acesso em: 23 out. 2021.
- RÜSEN, Jörn. **Historik: Theorie der Geschichtswissenschaft**. Köln: Böhlau Verlag GmbH & Cie, 2013.
- SACKS, Kenneth. **Polybius on the Writing of History**. Berkeley: University of California Press, 1981.
- SANTOS, Dominique. Apresentação ao dossiê "A escrita da história na Antiguidade". **Revista de Teoria da História**, Goiânia, ano 7, n. 13, p. 7-18, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/teoria/article/view/35134>. Acesso em: 10 mar. 2021.
- SCHEPENS, Guido. History and Historia: Inquiry in the Greek Historians. In: MARINCOLA, John (ed.). **A companion to Greek and Roman historiography**. Malden; Oxford; Carlton: Blackwell Publishing, 2007. v. 1, p. 39-55.
- SEBASTIANI, Breno Battistin. **Bélica lição polibiana**. 2006. Tese (Doutorado em História Social) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- SEBASTIANI, Breno Battistin. Droysen's concept of Hellenism between philology and history. **Aitia** — Regards sur la culture hellénistique au XXI<sup>e</sup> siècle, Lyon, v. 5, p. 1336-1345, 2015. Disponível em: <https://journals.openedition.org/aitia/1336>. Acesso em: 10 mar. 2021.
- SEBASTIANI, Breno Battistin. Políbio contra Timeu, ou o Direito de Criticar. **Projeto História**, São Paulo, v. 41, n. 41, p. 405-427, 2010. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/6547>. Acesso em: 10 mar. 2021.
- SILVA, Glaydson José da; FUNARI, Pedro Paulo; GARRAFFONI, Renata Senna. Recepções da Antiguidade e usos do passado: estabelecimento dos campos e sua presença na realidade brasileira. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 40, p. 43-66, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/NxWFCCdfrijxYXzmQB98NPt/?lang=pt>. Acesso em: 12 fev. 2021.
- SILVEIRA, Aline Dias da. História Global da Idade Média: estudos e propostas epistemológicas. **Roda da Fortuna**, Barcelona, v. 8, n. 2, p. 210-236, 2019. Disponível em: <https://www.revistarodadafortuna.com/2019-2>. Acesso em: 12 fev. 2021.
- SKINNER, Quentin. The limits of historical explanations. **Philosophy: The Journal of the Royal Institute of Philosophy**, Cambridge, v. 41, n. 157, p. 199-215, 1966. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3748405>. Acesso em: 12 fev. 2021.
- VARGAS, Anderson Zalevski. As recepções e as conformações de passado e presente. **Heródoto**, Guarulhos, v. 4, n. 2, p. 07-17, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/herodoto/article/view/10959>. Acesso em: 12 fev. 2021.
- VARGAS, Anderson Zalevski. Uma ambiguidade tucidideana: a interconexão entre o humano e o inumano no relato dos sofrimentos da guerra. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, v. 13, n. 1, p. 52-86, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/teoria/article/view/35116>. Acesso em: 07 mar. 2021.
- VARGAS DE SOUZA, Matheus. Civilização, ocidente, "clássicos" e eurocentrismo: é possível uma ecologia de saberes para a História da Historiografia e a Teoria da Histórias? **Manduarisawa**, Manaus, v. 3, n. 2, p. 68-90, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/manduarisawa/article/view/5595>. Acesso em: 07 mar. 2021.
- VARGAS DE SOUZA, Matheus. Novas abordagens sobre o surgimento da consciência histórica: os clássicos e sua verdadeira relação com o tempo, o anacronismo e a diferença histórica. Resenha da obra de: ROOD, Tim; ATACK, Carol; PHILIPS, Tom. *Anachronism and Antiquity*. Londres: Bloomsbury Academic, 2020. **Mare Nostrum**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 259-266, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/marenostrum/article/view/179135>. Acesso em: 07 mar. 2021.
- WALBANK, Frank William. **A historical commentary on Polybius**. Oxford: Clarendon Press, 1967a. v. 2.
- WALBANK, Frank William. The manuscripts of Polybius. **The Classical Review**, Cambridge, v. 17, n. 2, p. 151-153, 1967b.
- WALBANK, Frank William. **Polybius**. Berkeley: University of California Press, 1972.
- WEHLING, Arno. Historiografia e epistemologia histórica. In: MALERBA, Jurandir (org). **A história escrita: Teoria e História da Historiografia**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 175-189.
- WILAMOWITZ-MOELLENDORFF, Ulrich von. **Greek Historical Writing and Apollo: Two Lectures delivered before the University of Oxford, June 3 and 4**. Trad. G. Murray. London: Oxford University Press, 1908.
- WOODMAN, A. J. **Rhetoric in Classical Historiography**. Nova York: Routledge, 1988.



## Informações adicionais

### Biografia

**Dominique Santos** é professor de História Antiga e Medieval da Universidade de Blumenau (FURB). Coordenador do Laboratório Blumenauense de Estudos Antigos e Medievais ([www.furb.br/labeam](http://www.furb.br/labeam)). Professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

**Dyel da Silva** é mestrando em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e licenciado em História pela Universidade de Blumenau (FURB). Membro do Laboratório Blumenauense de Estudos Antigos e Medievais (LBEAM) e do Humanitas - Núcleo de pesquisa em epistemologias, práticas e saberes interdisciplinares.

### Endereço para correspondência

Dominique Santos, Rua Antônio da Veiga, 140, Victor Konder, Blumenau, SC, CEP 89012-900, Brasil.

### Financiamento

Propex/FURB/PIPE/Artigo 170, um recurso proveniente do Governo do Estado de Santa Catarina.

### Contribuição de autoria

Conceituação: SANTOS, Dominique; SILVA, Dyel G.

Curadoria de dados: SANTOS, Dominique; SILVA, Dyel G.

Investigação: SANTOS, Dominique; SILVA, Dyel G.

Escrita – rascunho original: SANTOS, Dominique; SILVA, Dyel G.

Escrita – revisão e edição da versão final: SANTOS, Dominique; SILVA, Dyel G.

### Conflito de interesse

Nenhum conflito de interesse foi declarado.

### Aprovação no comitê de ética

Não se aplica.

### Contexto de pesquisa

O artigo deriva do Trabalho de Conclusão de Curso “O conceito de história em Políbio: uma análise do Livro XII”, orientado por Dominique Santos, na Universidade de Blumenau (FURB), curso de graduação em História, defendido no ano de 2020 (link: [https://bu.furb.br/docs/MO/2020/367353\\_1\\_1.pdf](https://bu.furb.br/docs/MO/2020/367353_1_1.pdf)).

### Método de avaliação

Duplo-cega por pares.

### Preprint

O artigo não é um preprint.



### Disponibilidade de dados de pesquisa e outros materiais

Os conteúdos subjacentes ao artigo estão nele contidos.

### Editores responsáveis

Flávia Varella - Editora-chefe

Fábio Joly - Editor responsável

### Histórico de avaliação

Data de submissão: 01 de abril de 2022

Data de alteração: 20 de junho de 2022

Data de aprovação: 05 de julho de 2022

### Direitos autorais

Copyright © 2022 Dominique Santos e Dyel da Silva.

### Licença

Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da [Creative Commons Atribución 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

